

# Plano Brady inspirou negociação

Em março de 1989, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, propôs ao mercado financeiro internacional um plano de redução voluntária da dívida dos países do Terceiro Mundo. Para tornar pagável uma dívida que os credores tinham pouca ou nenhuma perspectiva de receber, ele propôs que os bancos perdoassem 20% do débito de países da América Latina e da África, baixassem os juros e suspendessem cláusulas que dificultavam a administração por parte dos devedores.

O conjunto dessas medidas ficou conhecido como Plano Brady. Ao apresentar sua proposta, o secretário lembrou que os países de economia emergente vinham progredindo em medidas como privatização, abertura comercial e ajuste fiscal. Melhores condições para a dívida,

na definição de Brady, seria uma forma de "traduzir esses sacrifícios em benefícios tangíveis e duradouros" para aqueles países.

O governo brasileiro conseguiu renegociar sua dívida de médio e longo prazos, calculada em US\$ 44 bilhões, nos termos do Plano Brady. Em julho de 1992, o então ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira, fechou um pré-acordo com os bancos credores do Brasil. Ele propôs a redução de 35% no principal da dívida, com prazo de pagamento de 30 anos e juros de 4% a 6%.

As negociações para adesão dos credores consumiu a gestão de outros três ministros. Somente em novembro de 1993, quando a Fazenda era comandada pelo hoje presidente Fernando Henrique Cardoso, o acordo foi finalmente fechado. (L.A.O.)